

DEMOCRACIA E LITERATURA NO PRAGMATISMO DE RORTY*

Tiago Medeiros Araújo¹
Instituto Anísio Teixeira (IAT)

RESUMO:

O pragmatismo de Richard Rorty possui como uma das suas peculiaridades o fato de atribuir plena relevância moral à literatura em detrimento da pretenciosa prescrição filosófica que põe a moral na linha reta da ética. Uma vez que as descrições filosóficas, de caráter universal, não são capazes de impelir indivíduos à progressão moral sem sugerir uma dada concepção política indesejável, Rorty compreende que a literatura, cujo vocabulário pretende esboçar as faces do particular, atende, melhor do que a própria filosofia, às nossas demandas éticas. Isso é possível porque as descrições literárias ambientam os indivíduos sob sua própria condição finita e contingente, o que desdobra a ampliação da lealdade e a progressão moral, através da menção à dor alheia. Nesse sentido, uma cultura que herde seu vocabulário moral da literatura pode realizar-se mais plenamente de modo a promover um maior grau de felicidade e erradicação dos sofrimentos de seus componentes do que uma cultura cuja orientação moral é fruto da especulação metafísica. Nesse artigo, abordo esse anverso moral da literatura como elemento afim aos ideais éticos projetados na configuração democrática liberal.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Literatura; Ética; Rorty.

DEMOCRACY AND LITERATURE ON RORTY'S PRAGMATISM

ABSTRACT:

The pragmatism of Richard Rorty has as one of the unique fact of assigning the full moral significance of literature rather than the pretentious philosophical requirement that puts morality in a straight line of ethics. Once the philosophical descriptions of a universal nature, are not able to push individuals to moral progress without suggesting a particular political conception undesirable, Rorty understands that literature, whose vocabulary intends to sketch the faces of a particular answer, rather than the actual

* Trabalho fruto das discussões do grupo Poética Pragmática orientadas pelo Prof. Dr. José Crisóstmo de Souza.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia – Brasil e Coordenador do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), Salvador, Bahia – Brasil. E-mail - tt_medeiros_ufba@hotmail.com

philosophy, to our ethical demands. This is possible because the literary descriptions environment the individuals under its own condition finite and contingent, which doubles the magnification of loyalty and moral progress, in references to the pain of others. In this sense, a culture that inherits its moral vocabulary of the literature can be carried out more fully in order to promote a greater degree of happiness and eradication of the sufferings of its components from a culture whose moral compass is the result of metaphysical speculation. In this article, I approach this side moral of literature as part of the moral order designed to ethical ideals in a liberal democratic setting.

KEYS-WORDS: Democracy; Literature; Ethics; Rorty.

1 - Preâmbulo

Com uma carreira promissora dentro da tradição analítica, Rorty seria mais um dos herdeiros de Carnap, não fosse a sua formação pessoal que lhe inspirou valores democráticos mais convergentes com o pragmatismo do que com qualquer outra tradição filosófica. Num curioso movimento de maturação desenvolvido em *Trostky e as orquídeas selvagens*², substituiu o vocabulário filosófico das proposições, do significado, da referência, da verificação, pelo vocabulário narrativo, de índole persuasiva, voltado aos interesses civis e privados; substituindo, destarte, o analítico pelo sintético. O arsenal teórico vigoroso, com o qual elabora seu projeto, chegou a despertar a atenção de filósofos da estatura de Habermas. Em geral, como crítico da tradição, atacou os dualismos (platônicos) da filosofia, tentando retirá-la de uma posição transcultural para trazê-la a uma autoperspectiva intracultural. Todavia – não atuando estritamente como crítico – a face positiva de sua filosofia reside, sobretudo, na oferta de possibilidades para autocriação dos indivíduos, para a reorientação do papel da filosofia e para a reinvenção das instituições políticas democráticas.

Nesse artigo, me concentrarei em duas noções de suma importância em seu pensamento: a noção de democracia e a de literatura. Como objetivo do trabalho, determinei na análise dos dois termos, e na relação que há entre eles na perspectiva neopragmatista de Rorty. Para tanto, em primeiro lugar, farei considerações sobre a democracia na maneira em que ele a lê, ou seja, como um arranjo político contingente – e como forma contingente de vida social –, culminância dos anseios do liberalismo iluminista; e, posteriormente, sobre a dimensão ética da literatura que vem a congruir com esse arranjo político.

A despeito do que os filósofos iluministas racionalistas pretendiam, ao esboçar propostas filosóficas que refletissem a política a partir de uma imagem objetiva da natureza humana – o que chamaremos de “teoria do si próprio” –, a democracia possui

² Esse ensaio, que possui um cunho assumidamente autobiográfico, foi publicado na coletânea *Philosophy and social hope*. (RORTY.1999 p 3 a p. 20)

uma prioridade em relação à filosofia. Sua realização na prática não pressupõe uma teoria que lhe funde ou legitime, conquanto é resultado de movimentos, descrições e comportamentos impostos no intercurso da história cuja incorporação é perplexamente contingente. Além disso, sua característica heterogênea e dinâmica, como mencionarei adiante, não se harmonizaria com uma teoria do si próprio do tipo filosófico tradicional, posto que tal teoria implica um desenho acabado das aspirações morais dos indivíduos e culturas, o que sugeriria uma cisão entre as pessoas certas – que respondem a essas aspirações – e as erradas – que lhe negam. A democracia, ao contrário, é a expressão política calcada na diferença manifesta de indivíduos e culturas, cujo exercício pleno pressupõe aquiescência à cisão público/privado.

Sem a tarefa de fundamentação, a possibilidade de redescrever as práticas democráticas é a única missão produtora dos filósofos no horizonte da política. A consideração pela dimensão ética da literatura reflete uma das diretrizes dessa missão, conquanto reconhece a contingência de nossos vocabulários éticos e conquanto enfoca no indivíduo, em suas peculiaridades existenciais e formativas, o componente fundamental do quadro democrático.

Como narrativa sobre pessoas, a literatura é uma opção melhor para a realização de nossos ideais éticos do que os discursos de natureza filosófica ou religiosa, onde o que está em jogo é uma Natureza Humana, o Destino do Povo, ou a Vontade de Deus. Rorty crê que a literatura já tomou a primazia da filosofia na cultura ocidental. Aponta que esta cultura abandona cada vez mais os resquícios medievais de cunho essencialista que durante séculos lhe circunscreveram. Trata-se de um discurso onde os indivíduos formam e desenvolvem seus interesses e valores, reconhecendo a inexistência de um ponto de vista transcultural e supra-histórico detentor do sentido prático de suas vidas particulares. A literatura auxilia na redescritção das práticas democráticas ao contribuir para a própria ampliação da comunidade a um nível de maior adesão social – a ideia, por exemplo, da justiça como lealdade ampliada (*Justice as larger loyalty*)³.

Mais detalhadamente, com a literatura é possível uma reformulação no perfil do indivíduo no que diz respeito a como ele se concebe no convívio com o outro; ela possibilita uma reconfiguração que engendra uma ampliação da lealdade, de modo a tornar um de “nós” os indivíduos fora de nosso círculo de identificação. Por esse viés, podemos imaginar um processo de progressão moral que é justamente a aceitação e inclusão de indivíduos como membros de uma comunidade de identificação generalizada, muito fraterno ao que a democracia se propõe a ser.

Contudo, para tornar mais claras, tanto as ideias de democracia e literatura, quanto a relação de fraternidade entre ambas, esboçarei um mapa com algumas das

³ Esse ensaio, que revela os desdobramentos do pragmatismo deflacionista de Rorty no terreno da ética, foi publicado na coletânea *Philosophy as cultural politics: philosophical papers IV*. (RORTY, 2007 p. 42-55).

posições de Rorty, dentre as quais as idéias de ética sem princípios, redescrção e liberalismo.

2 – Democracia e filosofia

Pode-se dizer que a democracia liberal, tal como Rorty a lê, deve sua origem ao individualismo europeu, onde os valores principais começaram a ser esboçados desde o fim da Idade Média e tomaram um melhor acabamento com o iluminismo. O ideal de emancipação dos pensadores iluministas apontava para uma pálida imagem na qual a liberdade das pessoas fosse determinante da realidade política. Em busca dessa realidade, contudo, a violência revolucionária fundamentou sua prática e muitos pescoços foram guilhotinados por idealistas políticos radicais – pessoas que acreditavam que a única forma de se alcançar o bem comum era eliminando os que lhe opunham em ideias. O reconhecimento do caráter nocivo dessas práticas apontou para uma concepção política que incorporasse a diferença, a própria contradição como sua característica primordial (algo que recebe coroamento com Hegel). Tal concepção, poetizada por Walt Whitman, é o esboço do que abordo aqui sob a alcunha de democracia liberal.

Os valores que a tradição iluminista, ancorada no racionalismo, legou à cultura ocidental – onde a razão determinaria a essência humana, onde essa essência seria distribuída em todos os seres humanos e onde a objetividade assume o posto de horizonte da cultura – pressupõem a hipostasiação do pensamento, ou seja, a reificação da atitude reflexiva e contemplativa e a assunção do privilégio dessa atitude, tanto na dimensão cognitiva, quanto na dimensão das instituições e práticas, o que ressalta o dualismo aparência/realidade. Rorty observa que isso impede a realização das atuais demandas reivindicadas pela democracia na prática, pois acabam por recorrer a uma teoria do si próprio⁴ como delimitadora da base da democracia.

O conjunto de valores liberais que constitui o espírito da concepção de democracia, contudo, realiza-se de modo pleno e satisfatório, ao passo em que abandonamos os resquícios racionalistas, dualistas, essencialista, próprios do projeto político filosófico dos pensadores setecentistas, tendo em vista que essas descrições se desdobraram na negação da diferença e da contradição desejável e realizável na prática da democracia.

A dissolução dos resquícios substanciais do homem se dá em Rorty como caudatária de um movimento filosófico mais amplo, condensado na seguinte passagem:

⁴ Rorty aloca todas as teorias que buscam o fundamento das instituições, práticas e expressões culturais (no sentido mais amplo do termo cultura) em alguma instância ou entidade que represente a essência ou a natureza anistórica humana no que chama de “teorias do si próprio”. Essas teorias almejam a decodificação, a revelação ou o desvelamento da harmonia ou coerência interna ao humano, sugerindo o desdobramento disso como fundamento da cultura.

Filósofos tais como Heidegger e Gadamer nos mostraram modos de ver os seres humanos como completa e absolutamente históricos. Outros filósofos, tais como Quine e Davidson, esvaeceram a distinção entre verdades permanentes da razão e verdades temporárias do fato. Psicanalistas esvaeceram a distinção entre moralidade e prudência. O resultado é a eliminação da imagem do si próprio comum aos metafísicos gregos, à teologia cristã e ao racionalismo iluminista: a imagem de um centro natural a-histórico, o lugar da dignidade humana, envolto por uma periferia acidental e não-essencial. (RORTY, 1997, p. 236)

A concepção de identidade de Rorty é definida como uma “rede de crenças e desejos”. Essa abordagem está em plena congruência com o contexto social no qual os indivíduos estão inseridos, posto que crenças e desejos são postulados no interior de circunstâncias históricas e culturais específicas. Isso lhe permite vislumbrar uma relação de derivação para com a realidade plural do contexto contemporâneo ao indivíduo. Uma relação mesmo inescapável.

Contudo, o problema de se almejar uma teoria que se queira como reveladora do si próprio como queriam os iluministas (que reivindica uma estabilidade em alguma categoria do eu), calcada em algum predicado substancializado ou numa essência genérica, para justificar a democracia (uma realidade política heterogênea e dinâmica) e direcionar as instituições e práticas que florescem em seu interior, é que esta teoria jamais poderia englobar os horizontes valorativos discrepantes e contraditórios que a democracia na prática engloba. A negação de um predicado hipostasiado não é admitida por tal teoria. O que caracteriza a prioridade da democracia em relação a teorias desse tipo é a compreensão de que os indivíduos não precisam de essências genéricas ou predicados gerais compartilháveis universalmente para assegurar e justificar a preservação da harmonia geral – não porque essa harmonia geral simplesmente dispense essa justificação, mas porque não há possibilidade de encontrar uma justificativa não-circular para tanto.

Rorty ilustra a prioridade da democracia em relação à filosofia quando aponta para uma possível orientação para os filósofos no sentido de que eles

podem desejar desenvolver uma teoria acerca do si próprio humano conveniente com as instituições que ele ou ela admiram. Mas [em contrapartida] um tal filósofo não está com isso justificando essas instituições por referência a premissas mais fundamentais, mas o inverso: ele ou ela estão fixando primeiramente a política e costurando uma filosofia a seguir. (idem. P. 238/239).

Costurar uma filosofia sobre uma política já fixada é reconhecer que para falar de política é tão desnecessário o ponto de vista de Deus quanto a descrição da natureza do eu. Como o próprio Rorty diz: “Em vista de propósitos da teoria social, nós podemos

colocar de lado tópicos tais como uma natureza a-histórica do homem, a natureza da determinação do si próprio, a motivação do comportamento moral e o significado da vida humana”.(Idem. P. 240). A democracia, ao dispensar uma teoria do si próprio como sua fundadora, configura-se, propriamente, como o melhor arranjo político para promoção e instauração dos valores liberais almejados pelos iluministas, embora seu exercício pleno ainda seja manchado pelos resquícios das pretensões racionalistas. No que tange à filosofia, Rorty compreende que o seu papel enquanto tradição de exercício do pensamento é o de oferecer redescrições de quadros comportamentais e de intervir nos vocabulários utilizados pela cultura, com vistas a promover novas instituições e práticas (CALDER, 2006). Assim, o instrumento da “redescrição” oportunizaria a estratégia para emancipar a cultura de seu conteúdo essencialista – conteúdo esse que dificulta a consecução das metas apontadas pelos valores liberais. O exercício das redescrições é, por excelência, o de disponibilizar novos tópicos para os que compartilham um mesmo jogo de linguagem, ou seja, novos candidatos a valores de verdade – é a ampliação das palavras de nosso vocabulário e de nossos horizontes de comportamento.

O que a redescrição promove por um ângulo metafilosófico é a possibilidade de encarmos nossas instituições políticas como contingentes e moldáveis. Além disso, ela nos mune para uma série de possibilidades novas e multiplicadas para nossa própria autocriação, de um modo a reconhecermos nossas afinidades com as instituições contingentes que nos engloba. Ela promove uma maior gama de escolhas para as realizações pessoais dos membros da cultura.

Com o reconhecimento do caráter contingente das instituições democráticas que não se adequam a uma concepção fixa e rigorosa do eu, não há fundamento que sustente a democracia por oposição a outros arranjos políticos – nem mesmo o totalitarismo fascista. O único argumento em favor da democracia é sua utilidade. Cabe à configuração política democrática apenas fornecer os meios para ampliação das possibilidades de escolha dos indivíduos, dado esse que assegura tal utilidade.

A democracia, contudo, é muito mais do que uma aspiração que motiva os discursos e determina os itens da agenda liberal que terão prioridade. É uma forma de vida social que deriva sua utilidade da flexibilidade na recepção da diferença de indivíduos e grupo. Vale ressaltar que a liberdade em si mesma não é pauta para o pragmatismo de Rorty. Esta seria apenas uma abreviação de diversas práticas e traços de nossa cultura liberal. Mas vale salientar também que à cultura liberal (no sentido que Rorty descreve em *Contingência, ironia e solidariedade*⁵) cabe um constante esforço pela contínua emancipação do sofrimento causado pela opressão, ou abuso, de uns indivíduos sobre outros. Esse sofrimento se traduz na peculiar dor da humilhação, cujo

⁵ Ainda na introdução dessa obra, Rorty afirma: “Tomo minha definição de ‘liberal’ de Judith Shklar, para quem liberais são as pessoas que consideram a crueldade a pior coisa que fazemos”. (RORTY. 2004 P. 18)

expurgo é possível pela redescritção no âmbito moral, o que enfocarei agora, a partir das considerações sobre uma ética sem princípios.

3 – Acordo político, ética sem princípio e literatura

Em *Ethics without principles*⁶, Rorty reivindica o naturalismo de Darwin para descrever o homem como um animal hábil para adaptação: tanto no que diz respeito às questões físicas quanto no que diz respeito às questões éticas. Sustenta sua busca na ideia de justificação a ser aceita pelo grupo de indivíduos interessados no acordo, como a marca que distingue os homens dos animais, por oposição à busca dos princípios para além das aparências de Platão.

Nesse ensaio, vemos que a moral não é hierarquicamente superior à prudência, e que, aliás, se reduz a ela. O certo não é determinado por um conjunto de máximas prescritivas derivadas da avaliação filosófica rigorosa de nossa essência humana, mas é, simplesmente, o que é útil para um determinado público. É a partir do acordo entre indivíduos e grupos que se engendra o perfil de conduta correta, ou seja, a partir das deliberações geradas pelo diálogo interessado e não anteriormente a ele – revelada por iluminação divina ou sagacidade filosófica.

Rorty quer apoiar-se numa ideia naturalista para desprezar os resquícios metafísicos da ética sustentada num eu (*self*). Localiza em Annete Bayer e David Hume (Idem. P. 75/76) ferramentas produtivas para seu intento, pois os lê como propiciadores da relevância e prioridade dos sentimentos na experiência moral. Numa perspectiva do tipo humana, as relações com o outro não são desprovidas de paixão nem identificação, inclusão e consideração em relação ao outro. Os sentimentos possuem uma relevância moral na medida em que são eles quem motivam os comportamentos e motivam as considerações que só depois são formalizadas na esfera do racionalmente recomendável ou não. Com isso, o que chama um indivíduo para o campo do exercício moral são seus sentimentos (HUME, 2004). Assim sendo, a filosofia moral, na perspectiva de Rorty, não é um escrutínio sobre a solidez onde repousam os princípios de nosso ato moral. O que se pode dizer é que “a filosofia moral assume a forma de narração histórica e especulação utópica, em vez de busca de princípios”.(RORTY, 2004, p. 114)

O vocabulário moral do “nós”, então, é derivado da nossa sensibilidade natural não verticalizada e supra-histórica, mas formulada no intercurso de nossas relações intra-comunitárias. A nossa capacidade de condoer-mo-nos pela dor alheia é o que estende o nosso comportamento direcionado à nossa família, lugar onde a alteridade não subverte a individualidade, a uma comunidade maior de pessoas. É o que amplia a

⁶ Esse ensaio combina aspectos do pensamento de Stuart Mill, John Dewey, David Hume e Annete Bayer, tomando como contra-posição a filosofia moral de Kant. Foi publicado na coletânea *Philosophy and social hope* (RORTY. 1999 p. 72 – 91)

lealdade. O sentimento de solidariedade é, nesse sentido, a melhor – porquanto, talvez, a única – arma para investida em direção à inclusão moral.

É importante frisar que essa concepção ética vinculada aos sentimentos e ao acordo destrona, numa atitude iconoclasta, a verdade. A verdade, para Rorty, é um termo utilizado apenas com referência às coisas mais “triviais” e superficialmente objetivas, em circunstâncias nas quais não se tem conflitos de posições, e onde se consente por mera intuição. Isso não é o caso no campo das questões práticas de ordem ética e política. Nesse campo, no que diz respeito a conflitos de interesses e posições, julgar que uma asserção é verdadeira é julgar que ela foi acordada pelos indivíduos interessados no debate. É verdadeiro porque se justifica. Desse modo, Rorty reduz o conteúdo do predicado verdade à justificação. Julgar que há um consenso universal que pode ser estabelecido, como fruto de uma asserção reveladora e verdadeira, é, para Rorty, impraticável e, até mesmo, contra-producente. A questão da verdade, então, torna-se a questão de se falar em acordo, em resposta a demandas que interferem indivíduos e grupos de um modo prático e contra as quais precisam se mobilizar e proceder. Ou seja, verdadeiro é o que se justifica para um público específico.

O que essa ética sem princípios, de índole deflacionada, iconoclasta e norteadada pelo acordo tem como anverso político é a própria democracia. Não ter princípio é não ter um elemento externo ao jogo de linguagem que caracteriza o vocabulário ético em questão para orientá-lo e motivá-lo. Compreende-se assim que a motivação no interior das práticas é caudatária da capacidade de enxergarmos os indivíduos envolvidos como parecidos conosco. Esse processo de ampliação da lealdade é onde localizo o ponto nevrálgico da relação entre a democracia e a literatura.

No ensaio *Para emancipar a nossa cultura*, ele diz: “Vejo o progresso moral como a habilidade imaginativa das pessoas para identificar-se com pessoas com as quais seus ancestrais não foram capazes de se identificar” (SOUZA, 2005, p. 92/03). Tarefa essa que manuais de filosofia ou sermões religiosos não conseguiriam executar, uma vez que funcionam como aparatos intelectuais grandiloquentes que desprezam as circunstâncias contingentes e os valores que estão envolvidos em qualquer conflito de ordem política. Todavia, ainda nesse texto, Rorty, fazendo apelo aos sentimentos nas relações morais, diz:

Se você quer quebrar a xenofobia, um modo prático de fazê-lo é estimular essa atração emocional, tornando o casamento interétnico algo fácil e legítimo. Se você não puder, de início, conseguir que aquelas pessoas próximas a você se casem com aqueles estranhos, você pode ao menos contar histórias a respeito destes, histórias em que a imaginação substitui as relações físicas reais. (idem p.93)

Essa sugestão de Rorty aponta para a coesão e harmonia sociais como tarefas a serem realizadas eminentemente pela iniciativa política, dentro de uma conjuntura

democrática, uma vez que o que está em jogo é a persuasão para o acordo. Vale notar ainda que essa sugestão é fraterna à tarefa do romancista, enquanto possuindo um compromisso com a cultura, uma vez que é no vocabulário da literatura que as circunstâncias particulares e contingentes nas quais os indivíduos são formados florescem. Rorty precisa ancorar-se em outros recursos intelectuais que não aqueles que lidam com teorias (como a ciência), dogmas (como a religião), ou idéias (como a filosofia), e a literatura é o que melhor se insere no interior de seu pensamento para esse tipo de finalidade, porque trata do próprio indivíduo sem resquícios de hipostasia do pensamento. Um exemplo ilustrativo disso é a obra de Milan Kundera, que entende o romance como o espaço onde as possibilidades existenciais humanas esgotam-se no desenvolvimento do conflito do personagens com suas respectivas problemáticas existenciais. (KUNDERA, 2009)

É importante ressaltar que a idéia, propriamente dita, que Rorty faz da literatura não é (pelo menos não somente) a de instrumento estético para deleite pessoal. Não se trata apenas de uma mera narrativa, mas sim de um veículo para o progresso moral. Por esse caminho, Rorty aponta para um tratamento diferenciado do tema da literatura, pois lhe atribui um vínculo para além das qualidades estéticas e características que são descritas como fatalmente inerentes a escolas literárias e modelos de pensamento. O que está em jogo não é a compreensão das razões e ferramentas do autor literário, mas a relevância de sua produção no horizonte comportamental, na influência que o destino dos personagens pode exercer nos indivíduos reais. Assim, trata-se do vínculo de dimensão ética que garante a coesão dos indivíduos na sociedade. Em *Ironia privada e esperança liberal* Rorty diz: “A palavra ‘literatura’ abarca hoje praticamente qualquer tipo de livro que se possa imaginar que tenha relevância moral – o que se possa imaginar que altere o sentido do que é possível e importante.”(RORTY, 2004, p. 147). A literatura exercita, com primazia, no âmbito moral, a redescrição mencionada na seção anterior.

Nesse sentido, uma cultura que herde e cultive seu vocabulário de romances pode prover uma melhor interação de seus membros do que uma cultura que preserve acima de tudo um vocabulário filosófico. Uma cultura literária tende a inspirar, na relação dos indivíduos, valores de cunho mais contingente, e, por sua vez, promover uma consideração pela condição de finitude e de busca pela erradicação dos próprios sofrimentos, que, em geral, é o mais desejável. Para Rorty, a tarefa do intelectual liberal não está tão ligada a teorias sociais e descrições que de um modo radical apontam a solução para os problemas sociais que nos são impostos, mas, tendo em vista a justiça social, sensibilizar as pessoas para os sofrimentos dos outros, expandindo nossos horizontes morais e tornando esses outros parte de nossa comunidade moral. Como já foi sugerido, a literatura alcança dimensão ética por poder realizar esse tipo de conquista. Isso se dá mais ou menos como nesse fragmento:

Assim, a lição que extraio do exemplo de [Marcel] Proust é que os romances são um meio mais seguro do que a teoria para expressar o reconhecimento

que se tem da relatividade e da contingência das figuras de autoridade. É que, em geral, os romances concernem a pessoas – coisas que, ao contrário das idéias gerais e dos vocabulários finais, são evidentemente limitadas pelo tempo, inseridas numa rede de contingências. Uma vez que os personagens dos romances envelhecem e morrem – uma vez que obviamente compartilham a finitude dos livros em que aparecem –, não nos sentimos tentados a achar que, por adotar uma atitude em relação a eles, adotamos uma atitude em relação a todos os tipos possíveis de pessoas. Em contraste, os livros que se referem a idéias, mesmo quando escritos por historicistas como Hegel e Nietzsche, assemelham-se a descrições de relações eternas entre objetos eternos, em vez de descrições genealógicas da filiação de vocabulários finais, que mostram que tais vocabulários foram gerados por acasamentos ao acaso, por quem-esbarrou-em-quem. (RORTY, 2004 p. 187/188)

Acredito que a estreiteza na relação entre essas duas esferas (democracia e literatura) é vital para se compreender bem a afinidade entre ética e política na filosofia de Rorty. É importante frisar que seu filosofar encontra amparo na substituição do tratamento dos temas filosóficos como problemas do tipo quebra-cabeças por um tratamento mais socializado e civilizado da filosofia. Além disso, Rorty preferiu, como costuma dizer, substituir a razão pela esperança de um futuro melhor, a razão (que quer compreender o mundo para dominá-lo) pela imaginação (que quer reinventar o mundo para transformá-lo). Ao seu pragmatismo, cabe a possibilidade de vislumbrar uma configuração social na qual as pessoas sofram menos do que na atual. Nesse espírito, interessa-se mais em disponibilizar formas novas de reinterpretar e reconfigurar o mundo do que em se perder na busca por fundamentos que justifiquem a atual configuração.

De todo modo, embora Rorty utilize a redescrição para superar os estorvos filosóficos do vocabulário racionalista iluminista, mantém o vigor iluminista da emancipação do indivíduo, emancipação de todo conteúdo antiliberal. Entendendo que o recurso de inclusão do outro não pode ser fundado na razão ou em outro imperativo abstrato, crê na aceitação do outro pela via do vocabulário – digamos – literário. A literatura, então, além de fornecer novas formas de autocriação para os indivíduos, fornece melhores formas da realização plena do liberalismo e da democracia (como solidariedade), pois fornece a possibilidade de promoção de novos valores morais, de novos candidatos a membros da comunidade, e de ampliação da própria comunidade.

Referências bibliográficas

- CALDER, Gildeon. *Rorty e a redescoberta*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004.
- KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- RORTY, Richard. *Contingência Ironia e solidariedade*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes. 2004
- _____. *Philosophy and social hope*. New York: Penguin books 1999.
- _____. *Objetividade e verdade: Escritos Filosóficos I*. Trad. Marcos Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997.
- _____. *Philosophy as cultural politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SOUZA, J. Crisóstomo de (org). *Filosofia, racionalidade, democracia: Os debates Rorty Habermas*. São Paulo: Editora Unesp. 2005.